

Votação será nos dias 22 e 23

Brasília — O líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, iniciou as negociações com os líderes dos partidos políticos com representação no Congresso para marcar uma data única para votação das emendas de convocação da Constituinte e da reforma tributária. Em princípio, as datas mais prováveis são 22 e 23 próximos.

As lideranças no Congresso estão convencidas que será um risco promover as duas votações em datas diferentes, tendo em vista a mobilização necessária para colocar em plenário a quase totalidade dos congressistas, pois o quorum para aprovação das duas matérias é de

dois terços — 320 deputados e 46 senadores.

O Deputado Prisco Viana, líder do PDS na Câmara, foi o primeiro a ser consultado sobre a data das votações, concordando com uma data única e sugerindo os dias 22 e 23, terça e quarta-feira, que foram logo acatadas, por Pimenta da Veiga e pelo relator da emenda Sarney, Deputado Flávio Bierrebach (PMDB-SP).

Poucos minutos antes, no Palácio do Planalto, o líder do PMDB tinha colocado os dias 14 e 15 próximos como os mais prováveis. Foi levado a concordar com a mudança, em consequência da coincidência com a visita a Brasília do Presidente da França, François Mitterrand.

'Partidão' quer parlamentarismo

Porto Alegre — O Partido Comunista Brasileiro vai entregar à sociedade, para discussão até o final do mês, um projeto de Constituição de quase 300 artigos em que defende a adoção do regime parlamentarista com eleições diretas para Presidente da República e o levantamento completo da dívida externa, através de instrumentos jurídicos e contábeis. Segundo a proposta do PCB, o pagamento da dívida externa deverá levar em conta os interesses nacionais.

O projeto do **partidão** se baseia tanto na proposta de Constituição tirada no "Congresso Pontes de Miranda", promovido pela OAB gaúcha, em setembro de 1981, como nos modernos textos das Constituições de Portugal e Espanha. Conta também com a contribuição das regionais do PCB que, segundo Júlio Teixeira, presidente da comissão nacional encarregada de elaboração do texto, usaram o projeto "como meio de despertar no país o estudo do problema".

Embora não seja tão avançado como o

projeto Pontes de Miranda, o novo texto é moderno e avança nas questões econômicas, mas não se trata de uma "Constituição socialista". Até o fim do mês será entregue ao Presidente José Sarney, assim como aos presidentes dos poderes Legislativo e Judiciários.

Os padres salesianos e irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, após encontro que reuniu as Conferências das Inspetorias Salesianas do Brasil, divulgaram documento de apoio à realização de eleições distintas para o Congresso Nacional e a Assembléia Nacional Constituinte, esta com a participação de todos os segmentos da sociedade.

Entre os pontos considerados essenciais na futura Constituição, o documento reivindica a codificação dos direitos do menor e do jovem trabalhador; ensino gratuito de 1º grau para todas as crianças; e liberdade de ensino, assegurado pluralismo ideológico, cultural e religioso.